

Elementos da argumentação polêmica no debate político televisionado: confrontos em torno de temas de interesse público

Renan Belmonte Mazzola

Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
orcid.org/0000-0002-4124-3522

Este trabalho tem o objetivo de analisar o funcionamento da argumentação polêmica em recortes do debate televisionado pré-eleitoral realizado pela emissora Band, no quadro da corrida presidencial de 2018. Foram analisados dois trechos de debate envolvendo os candidatos à presidência e os temas do aborto e dos privilégios com dinheiro público. Esta pesquisa fundamentou-se teoricamente nos campos da retórica, dos estudos de argumentação e do discurso, particularmente nos trabalhos de Plantin (2008), Amossy (2017) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Verificou-se que a argumentação polêmica pode ocorrer pautada no *logos* e no *éthos*, na primeira sequência analisada; mas também pode ocorrer pautada no *pathos* e na desqualificação do adversário, de acordo com a segunda sequência analisada.

Palavras-chave: Polêmica. Retórica. Argumentação. Debate.

Elementos de la argumentación polémica en el debate político televisado: enfrentamientos en torno a temas de interés público

Este trabajo tiene como objetivo analizar el funcionamiento de la argumentación polémica a través de extractos del debate preelectoral televisado realizado por la emisora Band, en el marco de la carrera presidencial de 2018. Se analizarán dos extractos del debate entre los candidatos presidenciales y los temas del aborto y privilegios con dinero público. Esta investigación se basó teóricamente en los campos de la retórica, la argumentación y los estudios del discurso, particularmente en los trabajos de Plantin (2008), Amossy (2017) y Perelman y Olbrechts-Tyteca (2014). Se encontró que la argumentación polémica puede darse a partir del *logos* y *ethos*, en la primera secuencia analizada, pero también puede ocurrir en base en el *pathos* y la descalificación del oponente, según la segunda secuencia analizada.

Palabras clave: Polémica. Retórica. Argumentación. Debate.

Elements of controversial argumentation in televised political debate: confrontations around issues of public interest

This paper aims to analyze the functioning of controversial argumentation in excerpts from the televised pre-election debate held by the broadcaster Band, within the framework of the 2018 presidential race. Two excerpts from the debate involving presidential candidates and the themes of abortion and privileges with public money were analyzed. This research was theoretically grounded on the fields of rhetoric, argumentation, and discourse studies, particularly in the works of Plantin (2008), Amossy (2017), and Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014). It was found that controversial argumentation can occur based on *logos* and *ethos*, in the first sequence analyzed; but it can also occur based on *pathos* and the disqualification of the opponent, according to the second analyzed sequence.

Keywords: Controversy. Rhetoric. Argumentation. Debate.



Introdução

No debate pré-eleitoral, os candidatos devem se posicionar sobre os grandes temas de interesse público: trabalho, educação, saúde, economia, etc. Mais do que isso, eles são levados ao confronto verbal, e a defesa de suas teses vem acompanhada, frequentemente, da desqualificação da tese adversária. No que diz respeito aos estudos retóricos e argumentativos, campos nos quais se situará este trabalho, o gênero “debate” é particularmente importante, pois permite analisar esquemas argumentativos que apontam para temas e valores de destaque em um certo momento histórico.

Diante do interesse nesse gênero e nas últimas eleições eleitorais brasileiras, colocamos, para este trabalho, as seguintes perguntas de pesquisa: a) como se manifestou a argumentação polêmica no quadro dos debates pré-eleitorais de 2018?; b) quais foram os principais elementos de argumentação polêmica mobilizados para o embate verbal em torno de temas de interesse público?; c) particularmente, como poderia ser descrita a argumentação polêmica em torno do tema do aborto e dos privilégios com dinheiro público no debate televisionado?

Para responder a essas questões, apresentamos o seguinte objetivo: analisar o funcionamento da argumentação polêmica em dois recortes do debate televisionado pré-eleitoral realizado pela emissora Band em 09 de agosto de 2018, no quadro da corrida presidencial desse ano, em que os candidatos se confrontam sobre os temas do aborto e dos privilégios com dinheiro público. Partimos da hipótese de que a análise dessa eleição de 2018 pode nos revelar indícios de alguns temas e valores que estavam em destaque no debate público de então.

Este artigo é dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais: a seção intitulada “A argumentação polêmica” irá discutir as configurações da fala polêmica no campo dos estudos contemporâneos de argumentação; a seção intitulada “Argumentação polêmica em recortes do debate pré-eleitoral da Band” irá fornecer informações sobre a constituição do *corpus* e apresentar as análises.

1 A argumentação polêmica

Segundo o modelo dialogal da argumentação de Plantin (2008), a enunciação situa-se contra o pano de fundo do diálogo. Para ele, os pontos de vista contraditórios derivam de uma “pergunta argumentativa”. Essa pergunta põe em dúvida um ponto de vista, suspende o assentimento, gera uma inquietação, obriga o interlocutor a argumentar e a desenvolver um discurso de justificativa. “Segundo o modelo dialogal, a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma pergunta” (PLANTIN, 2008, p. 64).

Nessa abordagem dialogal, confluem o enunciativo e o interacional, de modo que a noção de diálogo deve aqui ser entendida a partir de dois princípios: a) o diálogo face-a-face, no qual os interlocutores estão implicados em um mesmo tempo e espaço debatendo sobre um tema discutível; b) o diálogo das vozes presentes no discurso de um só locutor, apontando para a polifonia e para a interdiscursividade, que permitem analisar a costura das vozes sociais – explicitadas ou não – quando o locutor toma a palavra. Nas palavras do autor:

Falaremos de ‘modelo dialogal’ da argumentação para cobrir, ao mesmo tempo, o dialogal propriamente dito, o polifônico e o intertextual, a fim de insistir em um aspecto fundamental da argumentação, o da articulação de dois discursos contraditórios. (PLANTIN, 2008, p. 66).

A noção de pergunta argumentativa tem aqui papel central: ela permite mostrar esquematicamente como se distribuem os papéis argumentativos. Esses papéis associam-se a três atos fundamentais: a) propor, b) opor e c) duvidar. Portanto, aquele que propõe uma primeira resposta à pergunta argumentativa é chamado de Proponente; aquele que propõe uma contrarresposta à proposição é chamado Oponente; aquele que não se alinha nem à proposição nem à oposição é chamado de Terceiro. Vejamos o esquema:

- i. *Proponente (P)*: formula uma resposta à pergunta argumentativa;
- ii. *Oponente (O)*: formula uma contrarresposta à proposição do Proponente;
- iii. *Terceiro (T)*: duvida das razões do Proponente e do Oponente;
- iv. *Pergunta (?)*: é produzida pela contradição discurso/contradiscurso.

A construção do discurso argumentado apresenta, assim, uma pergunta central e três papéis possíveis: P, O e T. As razões apresentadas pelo Proponente e pelo Oponente constituem sua argumentação, isto é, constituem o conjunto dos argumentos que visam responder à pergunta argumentativa. Essa argumentação é sustentada por um discurso de apoio. Vejamos o esquema a seguir, adaptado de Plantin (2008, p. 70):

Pergunta → Argumento → Conclusão_(Resposta à pergunta argumentativa)

Os papéis do Proponente e do Oponente são bem definidos: enquanto o Proponente apresenta, num primeiro momento, argumentos a favor de sua tese (Arg 1), o Oponente, em seguida, deve apresentar não só as razões pelas quais os argumentos do Proponente são insustentáveis (Refutação Arg 1), mas contra-argumentar em favor de outra posição, que é a sua (Arg 2). Assim, temos o seguinte esquema:

Pergunta_(T) → Arg 1_(P) → Conclusão_(Resposta de P à pergunta argumentativa)

→ Refutação Arg 1_(P) + Arg 2_(O) → Conclusão_(Resposta de O à pergunta argumentativa)

A conclusão do Proponente é diferente daquela do Oponente. O papel de Terceiro constitui-se da dúvida, da desconfiança e do distanciamento de ambas as posições. Essa dúvida é que leva os interlocutores a apresentarem suas razões. Assim, a argumentação surge como um modo de gestão das diferenças, uma vez que os seres humanos não raciocinam da mesma forma. No terreno das diferenças, emergem as formas da polêmica, tema central para nosso trabalho. Vejamos a definição de Plantin (2008, p. 74, grifo do autor):

Fenômenos macrodiscursivos e interacionais caracterizam o polo polêmico da situação argumentativa, na qual o discurso é construído sob a dupla coerção de uma orientação fixada por uma questão e da pressão de um contradiscurso. Os discursos se bipolarizam, atraem os locutores interessados, que se identificam com os argumentos em destaque, normatizam sua linguagem e se alinham com um ou outro dos discursos em presença; simetricamente, os partidários do discurso oposto são excluídos (*nós vs. eles*). Os discursos opostos são congelados em fórmulas antinômicas, esloganizam-se. Surgem mecanismos de resistência à refutação, as argumentações são apresentadas sob a forma de enunciados autoargumentados, mimetizando a analiticidade.

Em nosso *corpus* de análise¹, constituído de recortes dos debates pré-eleitorais televisionados de 2018, os papéis de Proponente e Oponente são desempenhados pelos próprios candidatos à eleição, enquanto o papel de Terceiro é desempenhado pelos jornalistas que colocarão a questão a ser debatida, isto é, a pergunta argumentativa. Segundo Plantin (2008, p. 77), “o Terceiro garante particularmente a estabilidade da pergunta e desse modo, de forma derivada, julga a pertinência das argumentações”. Ao responder ao Terceiro, Proponente e Oponente também miram os espectadores, seus eleitores possíveis. Forma-se, assim, o “trílogo” da situação argumentativa.

É importante ressaltar que, no embate político, os papéis argumentativos alternam-se frequentemente, de acordo com os turnos de fala e de acordo com as razões colocadas em jogo.

Em uma interação concreta, o mesmo papel actancial pode ser desempenhado por vários atores (nesse caso, se falará de aliança argumentativa). Os atores podem ocupar sucessivamente cada uma das posições argumentativas (ou papéis actanciais), segundo os trajetos possíveis. Um ator pode abandonar seu discurso de oposição por um discurso de dúvida, ou seja, passar da posição de Oponente para a de Terceiro. Pode até ocorrer que os papéis sejam trocados, uma vez que os parceiros tenham se convencido mutuamente. Reciprocamente, a própria posição de actante argumentativo pode ser ocupada por vários atores, isto é, por vários indivíduos aliados. (PLANTIN, 2008, p. 79).

Os atores são os indivíduos concretos envolvidos na comunicação, enquanto os actantes são três: o Proponente, o Oponente e o Terceiro. Dessa forma, não devemos

¹ O *corpus* do trabalho será apresentado adiante, na seção 2.1, intitulada “Contextualização do cenário político nacional e aspectos metodológicos”

confundir uma e outra instâncias, pois, para os estudos retóricos, argumentativos e discursivos, interessam os papéis actanciais *no discurso*, e não o indivíduo empírico que está por trás daquilo que diz.

Amossy (2017) estuda a especificidade da fala polêmica, defendendo sua existência enquanto modalidade argumentativa. A autora resgata toda uma bibliografia responsável por associar a polêmica à “degradação do debate”, à “violência verbal” e às “emoções intensas”, forjando o sentido pejorativo que constituiu a ideia sobre a polêmica ao longo da história das ideias da argumentação. Para a elaboração de sua “apologia”, ela explora inicialmente três fontes principais de pesquisa: a) os dicionários; b) a *doxa*; e c) as conceitualizações científicas. Ao recortar o conjunto dos confrontos verbais, tem-se as seguintes modalidades: i) o debate; ii) a disputa; iii) a briga; iv) a alteração; v) a controvérsia; vi) a polêmica.

Cada uma dessas modalidades possui suas especificidades no âmbito argumentativo. Amossy (2017) irá tratar da última delas: a polêmica argumentativa. Segundo a autora, a interação polêmica é essencialmente dialógica, embora possa não ser dialogal; é também muito bem argumentada e é constituída de alguns elementos distintivos que sintetizaremos a seguir.

Em primeiro lugar, a polêmica deve derivar de uma questão de *interesse público*. A interação polêmica mobiliza necessariamente um assunto, um tema, um acontecimento ou uma questão que diz respeito aos anseios de uma comunidade em um dado momento histórico. De algum modo, trata-se de um tema que convoca o grande público. Na era em que vivemos, que observa a constante disseminação das informações por meio das redes sociais, o grande público é frequentemente (mais do que em outros momentos históricos) convidado a participar de variadas questões. Por esse motivo, os assuntos polêmicos emergem da atualidade e são efêmeros. Estão ancorados em um tempo e espaço específicos: “a polêmica é efêmera e, muitas vezes, é tão rapidamente esquecida quanto inflamada na hora em que eclode” (AMOSSY, 2017, p. 48).

Em segundo lugar, a argumentação polêmica requer um *antagonismo*. Deve manifestar-se a antifonia. Fiorin (2015, p. 23) descreve a antifonia da seguinte maneira: “A antifonia é a colocação de dois discursos em oposição, cada um produzido por um ponto de vista distinto, cada um projetando uma dada realidade”. Angenot (1982) rotula esse fenômeno de “contradiscurso antagonista”. Esse é o segundo elemento da argumentação polêmica: as partes implicadas devem trazer suas razões e refutar aquelas do adversário. Nas palavras de Amossy (2017, p. 49), “é, portanto, a atividade que consiste em trazer argumentos em favor de sua tese e contra a tese adversa que constrói a fala polêmica”.

Em terceiro lugar, a argumentação polêmica funda-se em uma *dicotomização*. Esse processo é observado na esfera das oposições entre itens lexicais, entre orações, entre enunciados, entre opiniões. “Se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara *dicotomização* na qual duas opiniões antitéticas se excluem mutuamente”. (AMOSSY, 2017, p. 53, grifo da autora). Trata-se, sobretudo, de “construir as oposições como dicotomias, ou seja, como pares de noções excludentes uma da outra [...]” (AMOSSY, 2017, p. 54). A construção das dicotomias responde a objetivos argumentativos, uma vez que os discursos não conseguem (nem querem) visar ao consenso e à adesão dos espíritos, como defendiam Perelman e Olbrechts-Tyteca no *Tratado da argumentação*. Algumas dessas dicotomias são esquerda/direita, igualdade/desigualdade, justiça/injustiça, coletivismo/individualismo, pacifista/beligerante, tolerante/intolerante etc.

Em quarto lugar, a argumentação polêmica gera uma *polarização*. Essa polarização vai além das teses antagônicas e influencia a formação de grupos sociais que se unem em oposição a outros grupos sociais, tidos como inimigos. “Em suma, a retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social, e não uma divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis” (AMOSSY, 2017, p. 56-57). O que está em jogo na polarização é a formação identitária do sujeito no grupo. Como consequência, gera-se o “nós” contra “eles”. A dicotomização é observada na materialidade linguístico-discursiva, enquanto a polarização é manifestada na instância sociológica.

Em quinto lugar, entra em cena a *desqualificação do adversário*. Na argumentação polêmica, não podemos nos deter apenas na configuração Proponente-Oponente. Uma outra figura influencia fortemente esse jogo de discursos e contra-discursos: o Terceiro. Esse Terceiro pode ser o auditório, o público, os eleitores, os espectadores, os jornalistas, enfim, um conjunto de sujeitos que são visados de imediato pelo polemista, na tentativa de desacreditar seu adversário e defender suas razões. “Encontramos aí um dos traços definitórios fundamentais da polêmica verbal. Na disputa que se desenrola face a um terceiro, ela se distingue sempre pelas tentativas de desqualificação do Oponente” (AMOSSY, 2017, p. 58). Nesse sentido, vários procedimentos linguísticos são mobilizados para atacar a palavra do outro. Estamos no campo da *erística*, e, uma vez nele, todos os estratagemas são pertinentes para a guerra verbal que tem por objetivo a derrota do adversário. Nos termos de Amossy:

A polêmica responde, então, ao discurso adverso, enfraquecendo-lhe os argumentos por todos os meios possíveis, seja pela negação, seja pela reformulação orientada, seja pela ironia, seja pela modificação dos propósitos... (AMOSSY, 2017, p. 59).

Um desses estratagemas são os ataques *ad hominem* ou *ad personam*. Enquanto o ataque *ad hominem* consiste em pôr o interlocutor em contradição com suas próprias afirmações (“Uma coisa é o que você fala, outra o que você faz”), o ataque *ad personam* visa essencialmente à desqualificação da pessoa por ela mesma (“Você fala isso porque é homem!”) (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Entre outras coisas, é pela utilização frequente desse estratagema no debate público – principalmente quando ele começa a “esquentar” – que se explicam as críticas à polêmica como “um desvio do debate racional”.

Em sexto lugar, convém estudar o lugar do *pathos* e da *violência verbal*. De um lado, a presença da emoção é o resultado da implicação do locutor em seu discurso, fazendo com que haja um forte engajamento pessoal na defesa dessas teses. Conforme Amossy (2017, p. 61), “pode-se supor que o locutor inscreve numerosas marcas de subjetividade no seu discurso e que ele toma veementemente uma posição afirmando, negando, utilizando a interrogação, a exclamação, etc.” Essas marcas podem ser inúmeras e variadas: a) marcadores de afetividade “isso é nojento!”, b) marcadores de volição “eu tenho vontade de...”; c) marcadores axiológicos “ele faz isso de propósito...”. De outro lado, pode haver a violência verbal, que consiste a) no tom de agressividade, b) nas figuras de veemência, e c) nas afrontas de todos os gêneros. É preciso destacar que esses dois elementos – o *pathos* e a violência verbal – não são definidores da polêmica: pode haver polêmica sem a intensidade das emoções e sem as afrontas verbais, como demonstraremos na análise do *corpus*. Sobre essa questão, Amossy (2017, p. 63) insiste no fato de que “nem toda violência verbal [...] é polêmica. Os procedimentos discursivos que criam uma impressão de violência verbal só se tornam polêmica quando são utilizados no contexto de uma confrontação de opiniões contraditórias”.

Em sétimo e último lugar, é preciso tratar dos sistemas de *espetacularização política*. A mídias e as redes sociais hoje contribuem fortemente para a retroalimentação da argumentação polêmica, uma vez que, de um lado, a polêmica é espetacularizada e, de outro, há um público que necessita consumir polêmica. “Nesse sentido, trata-se mais de persuadir o Terceiro, eliminando o Oponente, e não dialogar com este tentando convencê-lo” (AMOSSY, 2017, p. 66). Com isso, a autora conclui que a polêmica não é um gênero, mas uma modalidade argumentativa.

2 Argumentação polêmica em recortes do debate pré-eleitoral da Band

2.1 Contextualização do cenário político nacional e aspectos metodológicos

O primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 ocorreu em 7 de outubro desse ano. Os candidatos eram Álvaro Dias (PODEMOS), Cabo Daciolo (PATRIOTA), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos

(PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (NOVO), João Goulart Filho (PPL), José Maria Eymael (DC), Marina Silva (REDE) e Vera Lúcia (PSTU). Como nenhum candidato obteve mais de 50% dos votos válidos nessa primeira fase, ocorreu o segundo turno em 28 de outubro de 2018. Essa segunda fase foi disputada por Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL).

Dois acontecimentos se destacaram nesse ano de 2018 e foram decisivos para a escolha nas urnas: a) a prisão de Lula pela Polícia Federal, que aconteceu no mês de abril²; b) o incidente da facada contra Bolsonaro, que aconteceu no mês de setembro³. Após este último evento, o então candidato não compareceu mais a debates televisionados.

Durante a corrida presidencial, ocorreram cinco debates televisionados, realizados por cinco grandes emissoras brasileiras entre agosto e outubro de 2018 (Quadro 1).

Quadro 1 – Informações sobre os debates pré-eleitorais televisionados de 2018

Data	Emissora	Candidatos	Link
09 ago.	Band	Álvaro Dias, Cabo Daciolo, Geraldo Alckmin, Marina Silva, Jair Bolsonaro, Guilherme Boulos, Henrique Meirelles, Ciro Gomes, (Lula vetado pela justiça)	https://bit.ly/3IL9heZ
17 ago.	RedeTv	Cabo Daciolo, Jair Bolsonaro, Guilherme Boulos, Ciro Gomes, Álvaro Dias, Henrique Meirelles, Geraldo Alckmin, Marina Silva, (Lula vetado pela justiça)	https://bit.ly/3tQ7oQP
26 set.	SBT	Guilherme Boulos, Ciro Gomes, Cabo Daciolo, Geraldo Alckmin, Álvaro Dias, Marina Silva, Fernando Haddad, Henrique Meirelles, (Bolsonaro alega ataque)	https://bit.ly/3dSIImA
30 set.	Record	Guilherme Boulos, Álvaro Dias, Fernando Haddad, Henrique Meirelles, Geraldo Alckmin, Cabo Daciolo, Ciro Gomes, Marina Silva, (Haddad é escolhido como candidato / Jair Bolsonaro é vítima de facada)	https://bit.ly/3fbCAWM
04 out.	Globo	Álvaro Dias, Ciro Gomes, Henrique Meirelles, Guilherme Boulos, Geraldo Alckmin, Marina Silva, Fernando Haddad (Bolsonaro em recuperação da facada)	https://glo.bo/3siX4k3

Fonte: Elaborado pelo autor

² Em 15 de abril de 2021, o STF anula condenações de Lula. Para mais informações, confira <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lava-jato/stf-anula-condenacoes-de-lula-que-volta-a-ser-elegivel,dfba8d51b12cc90a453f9682b95226271z116u3f.html>. Acesso em 03 mai. 2021.

³ Para mais informações, confira <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em 28 jun. 2021.

Para este trabalho, selecionaremos dois recortes do debate da emissora Band, realizado em 09 de agosto de 2018. O primeiro recorte apresenta o debate entre Guilherme Boulos e Marina Silva sobre o tema do aborto; e o segundo apresenta o debate de Guilherme Boulos e Jair Bolsonaro sobre o tema dos privilégios com dinheiro público.

O debate da Band foi o primeiro debate televisionado dessa corrida presidencial. O apresentador era Ricardo Boechat, âncora de jornalismo na época, e os candidatos presentes eram Álvaro Dias (PODEMOS), Cabo Daciolo (PATRIOTA), Geraldo Alckmin (PSDB), Marina Silva (REDE), Jair Bolsonaro (PSL), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB) e Ciro Gomes (PDT)⁴.

Ricardo Boechat, moderador do evento, dá início então à transmissão e apresenta a ordem do debate, composta por cinco blocos. Na primeira parte, há a apresentação dos candidatos e a discussão do tema do emprego. Na segunda parte, cada candidato escolhe um oponente para colocar questões de seu interesse. Na terceira parte, perguntas são feitas por jornalistas aos candidatos selecionados, com comentários de um segundo candidato. Na quarta parte, ocorre novamente a escolha de um oponente feita pelos próprios candidatos. Na quinta parte, há também perguntas colocadas por jornalistas, com comentários de um segundo candidato. Na sexta parte, por fim, ocorrem as considerações finais.

Elegemos recortes da terceira e da quinta partes do debate da Band (Quadro 2), em que uma pergunta é apresentada por jornalistas a um candidato e há o comentário de um segundo candidato, com direito a tréplica.

Quadro 2 – Informações sobre os recortes do debate pré-eleitoral da Band a serem analisados

Parte	Tempo	Jornalista	Tema	Questão feita a	Comentários de	Tréplica
III	2:00:27	Lana Canepa	Aborto	Guilherme Boulos	Marina Silva	Guilherme Boulos
V	3:15:30	Lana Canepa	Privilégios com dinheiro público	Jair Bolsonaro	Guilherme Boulos	Jair Bolsonaro

Fonte: Elaborado pelo autor

⁴ Como mencionamos, nesse período, Luís Inácio Lula da Silva estava impedido pela justiça de participar de debates.

2.2 Análise da argumentação polêmica

No modelo dialogal proposto por Plantin (2008), a argumentação se dará em torno de uma pergunta argumentativa. Nas partes analisadas deste debate da Band (III e V), a jornalista Lana Canepa assume o papel de Terceiro e coloca as perguntas aos candidatos sorteados, que deverão argumentar entre si e assumir os papéis de Proponente e Oponente, segundo o esquema no Quadro 3.

Quadro 3 – Informações sobre os papéis actanciais do debate pré-eleitoral da Band

Parte	Tempo	Pergunta argumentativa	Proponente	Oponente
III	2:00:27	Tema do Aborto	Guilherme Boulos	Marina Silva
V	3:15:30	Tema dos Privilégios com dinheiro público	Jair Bolsonaro	Guilherme Boulos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A) Parte III. Às duas horas e vinte e sete segundos do debate pré-eleitoral, a jornalista Lana Canepa realiza a primeira questão, elegendo o Proponente, o Oponente e o tema a ser debatido. Na Figura 1, a jornalista fundamenta sua questão, fornecendo algumas informações que fomentarão o embate verbal.

Figura 1 – Transcrição do *corpus*: pergunta de Lana Capena

2	LANA CANEPA: Boechat, agora eu escolho o candidato Guilherme Boulos, com comentário
3	de Marina Silva, e eu quero falar sobre aborto. Um levantamento do Ministério da Saúde
4	mostrou que todos os dias quatro mulheres morrem no Brasil, especialmente na rede pública, e
5	essa questão é muito importante, na rede pública, por complicações depois de uma tentativa de
6	aborto que não deu certo. (...) O Supremo Tribunal Federal voltou a discutir o assunto aborto
7	nesta semana, em audiências públicas, e eu gostaria de saber a opinião do senhor, candidato: o
8	senhor é a favor da liberação do aborto no Brasil, e, se for eleito, como vai tratar isso na rede
9	pública?

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta argumentativa, portanto, é: “o senhor é a favor da liberação do aborto no Brasil e, se for eleito, como vai tratar isso na rede pública?” (L7-9). Vejamos a resposta de Guilherme Boulos na Figura 2.

Figura 2 – Transcrição do corpus: resposta de Guilherme Boulos

11 GUILHERME BOULOS: Olha, ninguém é a favor do aborto, nós somos a favor do direito das
 12 mulheres decidirem. O que nós não defendemos é que as mulheres continuem sendo presas ou
 13 morram porque fazem abortos nas condições mais precárias como o dado que você própria
 14 mencionou. Aliás, mulheres pobres e negras, porque as mulheres mais ricas fazem com
 15 condições adequadas em boas clínicas. Como o caso da Ingriane, que nós vimos essa semana
 16 na audiência do Supremo Tribunal Federal: jovem, mãe de três filhos e que foi levada pelas
 17 circunstâncias a fazer um aborto precário e morreu. No nosso governo, aborto não vai ser tema
 18 do Código Penal, vai ser tema do SUS, é um tema de saúde pública respeitando o direito das
 19 mulheres. Agora, além disso, nós vamos colocar outras políticas para as mulheres, como
 20 creches em tempo integral, pras mães que trabalham ou estudam, o que já era proposta da nossa
 21 querida companheira Marielle Franco, brutalmente assassinada. Nós vamos também ter um
 22 atendimento especial no SUS para as mulheres, nós vamos ter políticas que assegurem
 23 igualdade salarial, ao contrário do que já foi dito aqui, o governo pode e deve garantir que as
 24 mulheres ganhem os mesmos salários que os homens para o mesmo tipo de trabalho. Nós temos
 25 que combater o machismo estrutural nesse país, e assegurar o direito ao aborto é um caminho;
 26 a igualdade salarial é outro; e políticas públicas em educação em saúde nosso governo vai
 27 garantir. Eu tenho ao meu lado Sônia Guajajara, liderança indígena, mulher nordestina, que
 28 também vai me ajudar a fazer isso.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Guilherme Boulos assume aqui o papel de Proponente (P) diante da pergunta argumentativa de Lana Canepa. Segundo Plantin, diante da pergunta, ele é levado a argumentar e a justificar suas razões em direção a uma determinada conclusão. Vejamos o esquema argumentativo de Boulos:

$P_{(T)} \rightarrow$ *O senhor é a favor da liberação do aborto?*

\rightarrow $Arg_{(P)}$

Mulheres mais ricas já realizam o aborto com segurança

Mulheres pobres e negras correm mais riscos realizando o aborto (Ingriane)

O direito ao aborto é um caminho para combater o machismo estrutural

O aborto não deve ser tema do Código Penal, mas do SUS

\rightarrow $Conclusão_{(P)}$

Somos a favor do direito das mulheres decidirem

Boulos, portanto, mostra-se favorável ao aborto e elenca algumas ações para tratar disso na rede pública de saúde: a) enquadrá-lo como tema de saúde pública, e não de criminalização; b) atendimento especial no SUS para mulheres; c) creche em tempo integral; d) igualdade salarial. Em seu esquema argumentativo, o Proponente se utiliza de dois artifícios importantes para justificação de suas razões: o exemplo (“Como

o caso da Ingriane...”) e o modelo (“o que já era proposta da nossa querida companheira Marielle Franco” / “Eu tenho ao meu lado Sônia Guajajara, liderança indígena, mulher nordestina”).

Para Fiorin (2015, p. 186), “na argumentação pelo exemplo, formulamos um princípio geral a partir de casos particulares ou da probabilidade de repetição de casos idênticos. O caso particular serve, então, para comprovar uma tese”. Ao citar o exemplo da jovem Ingriane, mãe de três filhos, que fez um aborto e morreu, Boulos dá sustentação à sua tese de que o aborto já é uma realidade, e que as mulheres pobres têm mais riscos ao realizar o aborto, ao passo que as mulheres ricas o fazem com condições adequadas e em boas clínicas.

Ao recorrer às figuras de Marielle Franco e de Sônia Guajajara, Boulos utiliza-se da argumentação pelo modelo. Para Fiorin (2015, p. 189), “os casos particulares podem ser apresentados como modelos a seguir ou antimodelos a evitar”. O modelo é uma referência a personagem ou grupo humano com quem se procura criar uma identificação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p 419), “ao propor a outrem um modelo ou um antimodelo, o orador subentende [...] que ele próprio também se esforça para aproximar-se ou distinguir-se deles”. Assim, Boulos menciona Marielle como apoio ao projeto de creche em tempo integral e Sônia Guajajara como referência de mulher e de diversidade (“liderança indígena, mulher nordestina”, L27).

Vejamos, na Figura 3, a réplica de Marina Silva, que, segundo sua resposta à pergunta argumentativa, acaba por colocar-se no papel de Oponente.

Figura 3 – Transcrição do *corpus*: tréplica de Marina Silva

30	MARINA SILVA: Esse de fato é um tema que tem uma natureza bastante difícil e complexa.
31	Envolve questões de natureza emocional, de natureza filosófica, de natureza moral e de natureza
32	religiosa, e obviamente o que todos queremos é que nem uma mulher tenha que fazer um aborto
33	porque isso não pode ser advogado como método contraceptivo. E o que nós queremos é que
34	se tenha planejamento familiar, educação para que nem uma mulher tenha que lançar mão de
35	uma forma extrema que não é desejada. Eu defendo a forma que já está prevista na lei, mas se
36	tiver que tiver que ampliar, eu defendo que seja feito um plebiscito escutando o conjunto da
37	população brasileira.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que seja uma argumentação polêmica, segundo Plantin (2008) e Amossy (2017), Marina Silva, no papel de Oponente, deve não só trazer argumentos em favor de sua tese como também refutar a tese do adversário. Vejamos o esquema argumentativo de Marina Silva:

P_(T) → O senhor é a favor da liberação do aborto? [O que a senhora pode comentar?]

→ Refutação Arg_(P)

Esse é um tema de natureza difícil e complexa

Envolve questões de natureza emocional, filosófica, moral e religiosa

O que queremos é que nem uma mulher tenha que fazer um aborto

→ Arg_(O)

O aborto não deve ser advogado como método contraceptivo

É preciso planejamento familiar

O aborto é uma forma extrema e não desejada

→ Conclusão_(P)

Eu defendo a forma que já está prevista na lei

Ao afirmar que o aborto é uma questão complexa, Marina Silva relativiza a abordagem de Boulos, pautada no campo da saúde pública (SUS). Marina coloca outros elementos em jogo: emocionais, filosóficos, morais e religiosos. Nesse ponto, embora de forma indireta, Marina argumenta a partir do lugar da religião, que é o seu, e que é depreendido de seu *éthos*. (“Boa noite a todos, em primeiro lugar eu quero agradecer a Deus por estarmos aqui, cumprimentar a você, Boechat, e a todos os demais que estão aqui nesse debate conosco e a todos os candidatos”, diz Marina no início do debate da Band). Sabemos que, para a religião católica, o aborto é interdito, assim como para a lei, que prevê somente três exceções: o aborto é legal em casos de risco de vida, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal, e proibido em todos os demais casos.

Boulos, na Figura 4, enuncia sua tréplica. Nesse cenário, Marina ocupa o lugar de Proponente e Boulos de Oponente, pois deve refutá-la.

Figura 4 – Transcrição do corpus: tréplica de Guilherme Boulos

39	GUILHERME BOULOS: Olha, eu acho Marina que esse é um tema das mulheres, as mulheres
40	têm o direito de decidir sobre esse tema, muito mais do que os homens. E, por isso, achamos
41	que deve se vocalizar a posição das mulheres como nós vimos agora na Argentina, onde as
42	mulheres tiveram uma posição fortíssima, com ampla mobilização, e o Senado Federal
43	Argentino, composto majoritariamente por homens, lamentavelmente vetou isso. É muito
44	cômido negar o direito ao aborto às mulheres, e continuar permitindo que homens não assumam
45	seus filhos. [Há] milhões de homens nesse país que não botam o nome na carteira de identidade
46	do filho e [os] abandonam. Nós vimos isso na Seleção brasileira agora na Copa, quase todos
47	filhos que não foram criados por seus pais. Isso não será admitido. Nosso governo vai colocar
48	esse debate sem medo, sem tabu.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tem-se, aqui, o seguinte esquema argumentativo:

$P_{(T)}$ → *O senhor é a favor da liberação do aborto? [O que o senhor comenta a partir do comentário?]*

→ Refutação $Arg_{(P)}$

Esse é um tema das mulheres

As mulheres têm o direito de decidir muito mais que os homens

→ $Arg_{(O)}$

Deve-se vocalizar a posição das mulheres (Argentina)

Os homens não assumem seus filhos

Há milhões de homens que não botam o nome em seus filhos

Há milhões de homens que abandonam seus filhos

→ Conclusão (P)

Nosso governo vai colocar esse debate sem medo, sem tabu

Ao enfatizar que esse é um tema das mulheres – “Olha, eu acho Marina que esse é um tema das mulheres, as mulheres têm o direito de decidir sobre esse tema, muito mais do que os homens” (L39) –, Boulos tenta refutar a conclusão de Marina Silva, que apresenta a prevalência da lei sobre essa questão, e a lei é estabelecida por homens, majoritariamente. Para sustentar sua refutação, Boulos apoia-se novamente na argumentação pelo exemplo: “E, por isso, achamos que deve se vocalizar a posição das mulheres, como vimos agora na Argentina⁵, onde as mulheres tiveram agora uma posição fortíssima, com ampla mobilização, e o Senado Federal Argentino, composto majoritariamente por homens, lamentavelmente vetou isso” (L40-43).

Em seguida, Boulos nos apresenta um outro argumento em favor de sua tese (pró-aborto): a frequência com que os pais se negam a registrar seus filhos e também a frequência desses abandonos. “É muito cômodo negar o direito ao aborto às mulheres, e continuar permitindo que homens não assumam seus filhos. [Há] milhões de homens nesse país que não botam o nome na carteira de identidade do filho e [os] abandonam” (L43-46). Nessa sequência, o enunciado de Boulos parece operar por meio da *regra de*

⁵ Nos últimos dias de 2020, foi aprovada a lei 27.610, que regulariza o aborto gratuito e seguro na Argentina. Para mais informações, consultar <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/05/aborto-legal-na-argentina-o-que-significa-essa-conquista>. Acesso em: 30 jun. 2021.

justiça, isto é, a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que estão integrados numa mesma categoria:

Para que a regra de justiça constitua o fundamento de uma demonstração rigorosa, os objetos aos quais ela se aplica deveriam ser idênticos, ou seja, completamente intercambiáveis. Mas, na verdade, isso nunca acontece. Os objetos sempre diferem pelas características que se consideram essenciais, isto é, os únicos a serem levados em conta na administração da justiça. (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 248).

Portanto, há duas ações que se encontram em situações opostas e que mereceriam ser tratadas igualmente: a) Negação do aborto às mulheres; b) Permissão da recusa de homens em registrar seus filhos. Boulos se utiliza também de um exemplo representativo: o dos jogadores da seleção que não tiveram pai. Em reportagem do jornal *El País*, de 20/06/2018, encontramos estas informações (manchete/título auxiliar):

A seleção dos filhos sem pai⁶

Seis dos 11 titulares do Brasil na Copa cresceram distantes do pai biológico. Mães como a de Gabriel Jesus tiveram de se desdobrar sozinhas para criar os filhos atletas

B) Parte V. Às três horas, quinze minutos e trinta segundos do debate pré-eleitoral, a jornalista Lana Canepa coloca uma outra questão, elegendo o Proponente, Oponente e o tema a ser debatido. Em seguida, a jornalista contextualiza sua questão, fornecendo algumas informações que fomentarão a segunda argumentação polêmica que selecionamos aqui, sobre o tema dos privilégios com o dinheiro público.

Figura 5 – Transcrição do *corpus*: pergunta de Lana Canepa

50	LANA CANEPA: Agora a pergunta vai para o candidato Bolsonaro, com comentário de
51	Guilherme Boulos. O povo brasileiro tem dificuldade, candidatos, de entender alguns
52	privilégios que são bancados com dinheiro público, dinheiro que sai dos impostos pagos às
53	vezes às duras penas, geralmente às duras penas. Eu estou falando aqui de auxílio moradia,
54	auxílio paletó, gasolina, carro à disposição, passagem aérea, e de pensão vitalícia para filhas de
55	militares. Candidato, o que o senhor vai cortar se o senhor for eleito?

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pergunta argumentativa: “O que o senhor vai cortar se o senhor for eleito? [auxílio moradia, auxílio paletó, gasolina, carro à disposição, passagem aérea ou pensão vitalícia para filhas de militares?] (L53-55). Vejamos, na Figura 6, a resposta do então candidato Jair Bolsonaro, que assume o papel actancial de Proponente:

⁶ Para ler a reportagem completa: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/21/deportes/1529536206_588160.html. Acesso em 30 jun. 2021.

Figura 6 – Transcrição do corpus: resposta de Jair Bolsonaro

57 JAIR BOLSONARO: Primeiramente, no ano passado poderia ter gasto 400 mil reais da minha
58 verba - chamada 'cotão' - usei metade disso. A questão do auxílio moradia: está na lei. O meu
59 apartamento particular em Brasília, de 70 metros quadrados, eu tenho despesas. Pago IPTU,
60 pago condomínio, entre outras coisas. Fica quase no zero a zero. Poderia, ou melhor, estou
61 ocupando agora um apartamento funcional, e estou botando à venda meu apartamento para
62 acabar com isso aí. [Sobre a] questão de pensão de filhas de militares, deixe bem claro que nós
63 tínhamos a nossa previdência própria, até o início dos anos 60. Quando o governo entrou,
64 resolveu pegar aquele recurso, e fazer com que o governo viesse a pagar as pensões. Em 2000,
65 botamos um ponto final nessa vitaliciedade das pensões das filhas. Obviamente tem ainda
66 aquelas que tinham o direito adquirido. Agora, cortar privilégios de militares, que privilégios?
67 Se nós não temos fundo de garantia, não temos hora extra, não temos direito ao adicional
68 noturno, não temos direito a absolutamente nada. Nós trabalhamos em média 60, 70 horas por
69 semana e não temos nada além disso. E o militar é uma categoria à parte: está à disposição do
70 chefe da nação, do seu povo, 24 horas por dia, e isso é uma grande realidade. E vamos tentar
71 agora então substituir essa terceirização colocando um capitão do exército como presidente e
72 um general como vice-presidente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A resposta de Bolsonaro é fragmentada, por vezes, confusa. Ele enuncia por meio de tópicos e comentários, sem muitos articuladores discursivos. A seguir, seu esquema argumentativo:

$P_{(T)} \rightarrow$ *O que o senhor vai cortar se o senhor for eleito?*

\rightarrow $Arg_{(P)}$

Usei metade de minha verba

O auxílio moradia está na lei

Meu apartamento particular tem gastos

Em 2000 botamos ponto final na vitaliciedade das pensões das filhas

Os militares não têm privilégios

\rightarrow $Conclusão_{(P)}$

Vamos substituir essa terceirização (?) se formos eleitos

O candidato inicia sua proposição por meio do argumento do sacrifício: “no ano passado poderia ter gasto 400 mil reais da minha verba – chamada ‘cotão’ – usei metade disso” (L57-58). Para Perelman e Tyteca (2014, p. 281), “um dos argumentos de comparação utilizados com mais frequência é o que alega o sacrifício a que se está disposto a sujeitar-se para obter certo resultado”. Ao abdicar de metade de seu “cotão”, Bolsonaro tenta colocar-se no lugar de sujeito consciente dos privilégios sustentados

por dinheiro público. Essa informação, no entanto, não pode ser comprovada, existe apenas no âmbito de sua argumentação. A esse respeito, os autores do *Tratado* afirmam que “o argumento quase-lógico do sacrifício pode ser aplicado também a todo o campo das relações de meio com o fim” (p. 286). Entende-se que abrir mão de seus próprios privilégios (como meio) permite combater os privilégios da elite (como finalidade). Fiorin (2015, p. 164) afirma que “o sacrifício serve para provar as qualidades morais de uma pessoa ou de um ato”. A conclusão de sua argumentação, no entanto, é fraca, pois não se entende bem o que ele quer dizer em alguns momentos, como quando menciona “terceirização” em “E vamos tentar agora então substituir essa terceirização [?] colocando um capitão do exército como presidente e um general como vice-presidente” (L71-72).

Boulos discursa a seguir (Figura 7), colocando-se no lugar de Oponente às afirmações de Bolsonaro:

Figura 7 – Transcrição do *corpus*: réplica de Guilherme Boulos

74	GUILHERME BOULOS: Capitão que foi expulso do exército porque queria jogar bomba lá
75	em algum lugar. Agora, eu queria aqui dizer que nossa candidatura é a única que não tem rabo
76	preso pra poder enfrentar esses grandes privilégios. Ganhando a presidência da república,
77	Bolsonaro não vai poder ter auxílio moradia tendo casa não, nem nenhum deputado que está
78	aqui, e nem nenhum que está lá na Câmara. Nem nenhum juiz, nem nenhum desembargador,
79	né. Auxílio moradia, auxílio terno, auxílio viagem para Miami. É uma esculhambação que nós
80	vamos enfrentar, né? Privilégio não combina com direito. Nós vamos ter um governo dos
81	direitos. Não venha dizer que está na lei. Está na lei mas não é ético. E é por isso que nós vamos
82	mudar essa lei. Uma lei que garante que o IPTU de alguém seja pago com dinheiro público que
83	é deputado? Pera lá... Nós vamos enfrentar essa esculhambação e todos os privilégios nesse
84	país.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Boulos, ao tomar a palavra, inicia seu discurso com vistas a desqualificar de imediato seu adversário, utilizando-se do argumento *ad hominem*, já definido anteriormente: “Capitão que foi expulso do exército porque queria jogar bomba lá em algum lugar”⁷ (L74-75). Esse argumento busca colocar em contradição o que diz o adversário (“colocando um capitão do exército como presidente...”, L71) e o que ele fez (“Capitão que foi expulso...”, L74). Vejamos seu esquema argumentativo:

$P_{(T)} \rightarrow$ O que o senhor vai cortar se o senhor for eleito? [O que o senhor pode comentar?]

⁷ Consulte mais informações sobre esse fato em <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-foi-acusado-de-plano-para-explodir-bombas-em-unidades-militares-em-1987/#>. Acesso em 30 jun. 2021.

→ Refutação Arg_(P)

O Capitão foi expulso do exército por querer jogar uma bomba em algum lugar

O Capitão tem rabo preso

Bolsonaro não poderá ter auxílio moradia tendo casa

Nem nenhum deputado, nem nenhum juiz, nem nenhum desembargador

Não é porque está na lei que é ético

→ Arg_(O)

Nós vamos enfrentar a esculhambação

Nós vamos ter um governo de direitos

Nós vamos mudar a lei

→ Conclusão_(P)

Nós vamos enfrentar essa esculhambação e todos os privilégios nesse país

Guilherme Boulos, ao questionar a lei e os fatos, constrói uma imagem de político crítico frente à pergunta argumentativa colocada pela jornalista “O que o senhor vai cortar se o senhor for eleito?” (L55) e frente às contradições que se apresentam diante dele: “Não venha dizer que está na lei. Está na lei mas não é ético. E é por isso que nós vamos mudar essa lei. Uma lei que garante que o IPTU de alguém seja pago com dinheiro público que é deputado? Pera lá...” (L81-83).

Nessa sequência do debate, em comparação com aquela sobre o tema do aborto, com Marina Silva, notamos que há uma maior influência das emoções, uma vez que há a utilização do *argumentum ad hominem*, isto é, um ataque direto à pessoa do candidato Bolsonaro, que já havia apresentado uma resposta com diversas lacunas: “[Sobre a] questão de pensão de filhas de militares, deixe bem claro que nós tínhamos a nossa previdência própria, até o início dos anos 60. Quando o governo entrou [?], resolveu pegar aquele recurso, e fazer com que o governo viesse a pagar as pensões” (L62-64); “E vamos tentar agora então substituir essa terceirização [?]” (L70-71).

O recurso *ad hominem* – estratégia de explicitar a contradição entre o que se diz e o que se faz (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014) – instaura a argumentação no âmbito da polêmica (PLANTIN, 2008; AMOSSY, 2017) e esquentam os ânimos, fazendo com que o debate se distancie de uma discussão pautada apenas no *logos*, pois coloca em xeque a face do adversário, fazendo emergir no candidato Bolsonaro a emoção da cólera (ARISTÓTELES, 2013). Do ponto de vista da argumentação erística, a estratégia surte efeito. Vejamos, na Figura 8, a tréplica de Jair Bolsonaro.

Figura 8 – Transcrição do corpus: tréplica de Jair Bolsonaro

86	JAIR BOLSONARO: E até bom para explicar um pouquinho da minha vida. Fiquei por
87	dezessete anos no Exército brasileiro. Saí do exército, fui diplomado no cargo de vereador em
88	1978 no Rio de Janeiro. Não fui expulso e nem botei bomba em lugar nenhum. Todos os
89	processos de acusações foram arquivados. Colocar bomba, colocava a tua ex-chefe Dilma
90	Rousseff, que matou gente inclusive, como matou Mário Kozel Filho em São Paulo, explodindo
91	o QG daquele exército. Como matou a coronhada o seu grupo VPR, o tenente Alberto Mendes
92	Júnior, lá nas matas do rio Ribeira. Assim sendo, eu sou uma pessoa que sou capitão do exército
93	com muito orgulho. E pretendo, sim, continuar servindo minha pátria como capitão do exército,
94	tendo ao meu lado um general do glorioso exército brasileiro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vemos que Bolsonaro busca reestabelecer sua autoridade a partir de dados de sua biografia: “É bom para explicar um pouquinho da minha vida. Fiquei por dezessete anos no Exército brasileiro. Saí do exército, fui diplomado no cargo de vereador em 1978 no Rio de Janeiro. Não fui expulso nem botei bomba em lugar nenhum. Todos os processos de acusações foram arquivados” (L86-89). Essa proteção é feita a partir da tentativa de alinhar o *éthos* de “homem honesto”, que “não botou bomba em lugar nenhum”. Essa negação instaura a *dicotomização* da argumentação polêmica, por meio dos contrários “botou bomba” / “não botei bomba”. Vejamos o esquema:

$P_{(T)}$ → *O que o senhor vai cortar se o senhor for eleito? [O que o senhor pode comentar do comentário?]*

→ Refutação $Arg_{(P)}$

Fiquei por dezessete anos no Exército brasileiro

Deixei o Exército para ser vereador

Não fui expulso

Não botei bomba em lugar nenhum

Todos os processos contra mim foram arquivados

Quem colocava bomba era tua ex-chefe Dilma Rousseff (Mário Kozel Filho e Alberto Mendes Júnior)

→ $Arg_{(O)}$

Eu sou Capitão do Exército com orgulho

→ Conclusão (P)

Pretendo continuar servindo minha pátria como Capitão do Exército, tendo ao meu lado um general

Aqui, desaparece a pergunta argumentativa e enuncia-se somente com vistas à reconstrução da face. Trata-se de retomar dados biográficos para justificar o arquivamento das acusações. A desqualificação do adversário, visando a argumentação erística no âmbito da polêmica, aparece nas linhas L89-92: “Colocar bomba, colocava a tua ex-chefe Dilma Rousseff, que matou gente inclusive, como matou Mário Kozel Filho em São Paulo, explodindo o QG daquele exército. Como matou a coronhada o seu grupo VPR, o tenente Alberto Mendes Júnior, lá nas matas do rio Ribeira”. Bolsonaro rebate o *argumentum ad hominem* com um argumento pelo antimodelo, mencionando a figura da ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Esse argumento aproxima-se muito da estratégia *ad hominem*, pois há a mobilização do pronome *tua*, enfatizado por Bolsonaro, isto é, “aquilo de que você me acusa eu acuso *tua* chefe”. Guilherme Boulos manifesta-se, explicando que Dilma Rousseff não era sua chefe. Pede à organização do debate o direito de réplica a essa acusação, mas esse direito não lhe é concedido. Para sustentação de sua argumentação, Bolsonaro lança mão de dois exemplos (Mário Kozel Filho e Alberto Mendes Júnior) que ilustrariam, não se sabe como ou por quais associações, o “terrorismo” de Dilma Rousseff.

Balancos e considerações finais

Colocando os dois sistemas argumentativos lado a lado – o debate polêmico em torno do tema do aborto, de um lado; e aquele em torno do tema dos privilégios proporcionados pelo dinheiro público, de outro –, constatamos que o primeiro, cujo confronto verbal se deu entre Guilherme Boulos e Marina Silva, foi pautado em grande parte pelo *logos* (as questões em jogo), e, em alguns momentos, pelo *éthos* (*éthos* progressista, no caso de Boulos; *éthos* de religiosa, no caso de Marina). Esse sistema argumentativo se estabeleceu entre os seguintes eixos: a) decisão das mulheres x questões religiosas; b) saúde pública x lei; c) que as mulheres decidam sobre o aborto x que as mulheres não precisem abortar.

No segundo caso, o do debate polêmico em torno do tema dos privilégios proporcionados pelo dinheiro público, travado entre Jair Bolsonaro e Guilherme Boulos, notamos uma maior influência do *pathos* e da *desqualificação do adversário*, notadamente estimulado pelo recurso *ad hominem* e pela emoção da cólera, que suspendeu as razões derivadas do *logos* e aqueceu o debate na emissora Band.

Se observarmos os dois recortes da perspectiva da argumentação polêmica de Plantin (2008), percebemos a presença dos elementos descritos em *Argumentação*, quais sejam, a proposição (dos Proponentes), a refutação dos argumentos do adversário e afirmação de suas teses (dos Oponentes) e a pergunta argumentativa (dos Terceiros).

Se abordarmos esses recortes da perspectiva do trabalho de Amossy (2017), percebemos em ambos os seguintes elementos: a) o debate em torno de um assunto de interesse público (o tema do aborto, na parte III / o tema do privilégios proporcionados com dinheiro público, na parte V); b) o antagonismo e a dicotomização (a decisão das mulheres, em Boulos; a determinação da lei, em Marina / a ausência de privilégios do exército, em Bolsonaro; a esculhambação com o dinheiro público, em Boulos); c) a polarização (aqueles que são a favor ou contra o aborto, na parte III / os bolsonaristas e os progressistas, na parte V); d) a desqualificação do adversário, influência do *pathos* e presença da violência verbal (o chamado para a escuta da voz das mulheres, em Boulos contra Marina, no nível do *logos* e *do éthos* / o argumento *ad hominem* e a cólera, em Bolsonaro contra Boulos, no nível do *pathos*); e) a espetacularização política, proporcionada pelos cinco debates televisionados que ocorreram no Brasil antes do primeiro turno das eleições de 2018.

Nessa corrida presidencial, já estavam presentes, como demonstramos, no discurso do candidato que viria a ser eleito, a mobilização de dados e fatos confusos, tendências à cólera, à violência verbal, às lacunas enunciativas que fogem à pergunta argumentativa. Esses elementos podem ser recuperados nos debates pré-eleitorais televisionados, que constituem um importante gênero a ser explorado pelos estudos retóricos, argumentativos e discursivos. Quando comparamos as diversas naturezas de argumentações polêmicas, visualizamos, conforme afirmava Amossy (2017), que não é preciso recorrer às emoções intensas e à violência verbal para que a polêmica se constitua. Contra a retórica do ódio, devemos cultivar uma ética do diálogo.

Referências

- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANGENOT, Marc. **La parole pamphlétaire**: typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1982.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo, Contexto, 2015.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2014.
- PLANTIN, Christian. **Argumentação**: história, teoria, perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Anexo 1: Transcrição (Parte III – Tema “Aborto”)

LANA CANEPA: Boechat, agora eu escolho o candidato Guilherme Boulos, com comentário de Marina Silva, e eu quero falar sobre aborto. Um levantamento do Ministério da Saúde mostrou que todos os dias quatro mulheres morrem no Brasil, especialmente na rede pública, e essa questão é muito importante, na rede pública, por complicações depois de uma tentativa de aborto que não deu certo. [...] O Supremo Tribunal Federal voltou a discutir o assunto aborto nesta semana, em audiências públicas, e eu gostaria de saber a opinião do senhor, candidato: o senhor é a favor da liberação do aborto no Brasil, e, se for eleito, como vai tratar isso na rede pública?

GUILHERME BOULOS: Olha, ninguém é a favor do aborto, nós somos a favor do direito das mulheres decidirem. O que nós não defendemos é que as mulheres continuem sendo presas ou morram porque fazem abortos nas condições mais precárias como o dado que você própria mencionou. Aliás, mulheres pobres e negras, porque as mulheres mais ricas fazem com condições adequadas em boas clínicas. Como o caso da Ingriane, que nós vimos essa semana na audiência do Supremo Tribunal Federal: jovem, mãe de três filhos e que foi levada pelas circunstâncias a fazer um aborto precário e morreu. No nosso governo, aborto não vai ser tema do Código Penal, vai ser tema do SUS, é um tema de saúde pública respeitando o direito das mulheres. Agora, além disso, nós vamos colocar outras políticas para as mulheres, como creches em tempo integral, pras mães que trabalham ou estudam, o que já era proposta da nossa querida companheira Marielle Franco, brutalmente assassinada. Nós vamos também ter um atendimento especial no SUS para as mulheres, nós vamos ter políticas que assegurem igualdade salarial, ao contrário do que já foi dito aqui, o governo pode e deve garantir que as mulheres ganhem os mesmos salários que os homens para o mesmo tipo de trabalho. Nós temos que combater o machismo estrutural nesse país, e assegurar o direito ao aborto é um caminho; a igualdade salarial é outro; e políticas públicas em educação em saúde nosso governo vai garantir. Eu tenho ao meu lado Sônia Guajajara, liderança indígena, mulher nordestina, que também vai me ajudar a fazer isso.

MARINA SILVA: Esse de fato é um tema que tem uma natureza bastante difícil e complexa. Envolve questões de natureza emocional, de natureza filosófica, de natureza moral e de natureza religiosa, e obviamente o que todos queremos é que nem uma mulher tenha que fazer um aborto porque isso não pode ser advogado como método contraceptivo. E o que nós queremos é que se tenha planejamento familiar, educação para que nem uma mulher tenha que lançar mão de uma forma extrema que não é desejada. Eu defendo a forma que já está prevista na lei, mas se tiver que tiver que ampliar, eu defendo que seja feito um plebiscito escutando o conjunto da população brasileira.

GUILHERME BOULOS: Olha, eu acho Marina que esse é um tema das mulheres, as mulheres têm o direito de decidir sobre esse tema, muito mais do que os homens. E, por isso, achamos que deve se vocalizar a posição das mulheres como nós vimos agora

na Argentina, onde as mulheres tiveram uma posição fortíssima, com ampla mobilização, e o Senado Federal Argentino, composto majoritariamente por homens, lamentavelmente vetou isso. É muito cômodo negar o direito ao aborto às mulheres, e continuar permitindo que homens não assumam seus filhos. [Há] milhões de homens nesse país que não botam o nome na carteira de identidade do filho e [os] abandonam. Nós vimos isso na Seleção brasileira agora na Copa, quase todos filhos que não foram criados por seus pais. Isso não será admitido. Nosso governo vai colocar esse debate sem medo, sem tabu.

Anexo 2: Transcrição (Parte V – Tema “Privilégios com dinheiro público”)

LANA CANEPA: Agora a pergunta vai para o candidato Bolsonaro, com comentário de Guilherme Boulos. O povo brasileiro tem dificuldade, candidatos, de entender alguns privilégios que são bancados com dinheiro público, dinheiro que sai dos impostos pagos às vezes às duras penas, geralmente às duras penas. Eu estou falando aqui de auxílio moradia, auxílio paletó, gasolina, carro à disposição, passagem aérea, e de pensão vitalícia para filhas de militares. Candidato, o que o senhor vai cortar se o senhor for eleito?

JAIR BOLSONARO: Primeiramente, no ano passado poderia ter gasto 400 mil reais da minha verba – chamada ‘cotão’ – usei metade disso. A questão do auxílio moradia: está na lei. O meu apartamento particular em Brasília, de 70 metros quadrados, eu tenho despesas. Pago IPTU, pago condomínio, entre outras coisas. Fica quase no zero a zero. Poderia, ou melhor, estou ocupando agora um apartamento funcional, e estou botando à venda meu apartamento para acabar com isso aí. [Sobre a] questão de pensão de filhas de militares, deixe bem claro que nós tínhamos a nossa previdência própria, até o início dos anos 60. Quando o governo entrou, resolveu pegar aquele recurso, e fazer com que o governo viesse a pagar as pensões. Em 2000, botamos um ponto final nessa vitaliciedade das pensões das filhas. Obviamente tem ainda aquelas que tinham o direito adquirido. Agora, cortar privilégios de militares, que privilégios? Se nós não temos fundo de garantia, não temos hora extra, não temos direito ao adicional noturno, não temos direito a absolutamente nada. Nós trabalhamos em média 60, 70 horas por semana e não temos nada além disso. E o militar é uma categoria à parte: está à disposição do chefe da nação, do seu povo, 24 horas por dia, e isso é uma grande realidade. E vamos tentar agora então substituir essa terceirização colocando um capitão do exército como presidente e um general como vice-presidente.

GUILHERME BOULOS: Capitão que foi expulso do exército porque queria jogar bomba lá em algum lugar. Agora, eu queria aqui dizer que nossa candidatura é a única que não tem rabo preso pra poder enfrentar esses grandes privilégios. Ganhando a presidência da república, Bolsonaro não vai poder ter auxílio moradia tendo casa não, nem nenhum deputado que está aqui, e nem nenhum que está lá na Câmara. Nem nenhum juiz, nem nenhum desembargador, né. Auxílio moradia, auxílio terno, auxílio viagem para Miami. É uma esculhambação que nós vamos enfrentar, né? Privilégio não combina com

direito. Nós vamos ter um governo dos direitos. Não venha dizer que está na lei. Está na lei mas não é ético. E é por isso que nós vamos mudar essa lei. Uma lei que garante que o IPTU de alguém seja pago com dinheiro público que é deputado? Pera lá... Nós vamos enfrentar essa esculhambação e todos os privilégios nesse país.

JAIR BOLSONARO: É até bom para explicar um pouquinho da minha vida. Fiquei por dezessete anos no Exército brasileiro. Saí do exército, fui diplomado no cargo de vereador em 1978 no Rio de Janeiro. Não fui expulso e nem botei bomba em lugar nenhum. Todos os processos de acusações foram arquivados. Colocar bomba, colocava a tua ex-chefe Dilma Rousseff, que matou gente inclusive, como matou Mário Kozel Filho em São Paulo, explodindo o QG daquele exército. Como matou a coronhada o seu grupo VPR, o tenente Alberto Mendes Júnior, lá nas matas do rio Ribeira. Assim sendo, eu sou uma pessoa que sou capitão do exército com muito orgulho. E pretendo, sim, continuar servindo minha pátria como capitão do exército, tendo ao meu lado um general do glorioso exército brasileiro.